**CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

| | | |
|---|---|---|
| Acórdão: | 24.872/24/3ª | Rito: Sumário |
| PTA/AI: | 01.002981728-42 | |
| Impugnação: | 40.010156588-72 | |
| Impugnante: | Hilton de Oliveira | |
| | CPF: 033.022.596-03 | |
| Coobrigado: | Gilmar Carvalho dos Santos | |
| | CPF: 438.865.906-15 | |
| Proc. S. Passivo: | Amanda Brandão Gilberd | |
| Origem: | DF/Poços de Caldas | |

## EMENTA

**CRÉDITO TRIBUTÁRIO – DECADÊNCIA. Nos termos do art. 173, inciso I do Código Tributário Nacional, o prazo decadencial aplicável ao lançamento de ofício é de 5 (cinco) anos contados a partir do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ser efetuado. No caso dos autos, não se encontra decaído o direito da Fazenda Pública Estadual de formalizar o crédito tributário.**

**MERCADORIA - SAÍDA DESACOBERTADA - DOCUMENTO EXTRAFISCAL. Constatado que o Autuado promoveu saídas de mercadorias desacobertadas de documentos fiscais, apuradas mediante confronto entre as notas fiscais emitidas no período e os valores referentes a depósitos e transferências bancárias recebidos pelo Autuado e verificados mediante quebra de sigilo bancário da empresa acima referida, autorizado via judicial. Procedimento considerado tecnicamente idôneo, nos termos do art. 194, inciso I do RICMS/02. Infração caracterizada. Corretas as exigências de ICMS, Multa de Revalidação capitulada no art. 56, inciso II e Multa Isolada prevista no art. 55, inciso II, com adequação ao disposto no § 2º, inciso I, do mesmo artigo, ambos da Lei nº 6.763/75.**

**RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA - SÓCIO - COMPROVAÇÃO DO PODER DE GERÊNCIA - CORRETA A ELEIÇÃO. Restou comprovado que os atos e omissões da empresa Grão Suldeste Comércio, Importação e Exportação de Café e Cereais Ltda concorreram para o não recolhimento do imposto e acréscimos legais devidos pelo Contribuinte. Legítima, portanto, a inclusão no polo passivo da obrigação tributária, do seu sócio-administrador, em face das disposições contidas no art. 135, inciso III do Código Tributário Nacional (CTN) e art. 21, § 2º, inciso II da Lei nº 6.763/75.**

**Decadência não reconhecida. Decisão unânime.**

**Lançamento procedente. Decisão unânime.**

## RELATÓRIO



*Disponibilizado no Diário Eletrônico em 03/05/2024 - Cópia WEB*

A autuação versa sobre saídas de mercadorias (café em grão beneficiado) desacobertadas de documentos fiscais, promovidas pelo Autuado, no período de 01/08/18 a 31/08/19, apuradas com base no confronto dos documentos fiscais de saídas emitidos e os depósitos e transferências bancárias recebidos pelo Autuado (movimentação financeira das contas bancárias da Grão Suldeste, mediante quebra de sigilo bancário autorizado via judicial, que demonstrou transferências de valores para a conta corrente do Autuado).

A constatação fiscal decorre da análise das informações constantes dos documentos, arquivos digitais e celulares apreendidos junto à empresa Grão Suldeste Comércio, Importação e Exportação de Café e Cereais Ltda, por meio da "Operação Ouro Verde", deflagrada pela Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, Ministério Público Estadual de Minas Gerais, Polícia Civil de Minas Gerais e Receita Federal do Brasil.

Exige-se ICMS, Multa de Revalidação capitulada no art. 56, inciso II e Multa Isolada prevista no art. 55, inciso II c/c § 2°, inciso I, ambos da Lei nº 6.763/75.

Foi inserido, no polo passivo da obrigação tributária, o sócio-administrador da empresa Grão Suldeste Comércio, Importação e Exportação de Café e Cereais Ltda, Sr. Gilmar Carvalho dos Santos.

Inconformado, o Autuado apresenta, tempestivamente, Impugnação, contra a qual, a Fiscalização se manifesta.

---

## DECISÃO

**Da Preliminar**

O Impugnante requer que seja declarado nulo o Auto de Infração ao argumento de ter seu direito ao contraditório e à ampla defesa, como previstos no inciso LV do art. 5º da Constituição Federal, cerceados pela não intimação/notificação do lançamento, diante do art. 23, inciso II e art. 11, inciso II, ambos do Decreto Federal nº 70.235 de 6 de março de 1972, que dispõe sobre o processo administrativo federal.

Entretanto, sem razão a defesa.

Induvidoso que o Autuado compreendeu e se defendeu claramente da acusação fiscal, completa e irrestritamente, conforme se verifica pela impugnação apresentada, que aborda todos os aspectos relacionados com a situação, objeto da autuação, não se vislumbrando, assim, nenhum prejuízo ao exercício da ampla defesa.

O Auto de Infração foi lavrado conforme disposições regulamentares e foram concedidos ao Autuado todos os prazos legalmente previstos para apresentar a sua defesa, em total observância ao princípio do contraditório.

Registra-se, por oportuno, que todas as planilhas que envolvem a apuração do crédito tributário encontram-se acostadas aos anexos do Auto de Infração e o Relatório Fiscal explica detalhadamente como se deu a apuração do crédito tributário, não havendo que se falar em vício material.



*Disponibilizado no Diário Eletrônico em 03/05/2024 - Cópia WEB*

O Auto de Infração contém os elementos necessários e suficientes para que se determine, com segurança, a natureza das infrações. As infringências cometidas e as penalidades aplicadas encontram-se legalmente embasadas. Todos os requisitos foram observados, formais e materiais, imprescindíveis para a atividade do lançamento, previstos nos arts. 85 a 94 do Regulamento do Processo e dos Procedimentos Tributários Administrativos (RPTA), estabelecido pelo Decreto nº 44.747/08.

Rejeita-se, pois, a arguição de nulidade do lançamento.

**Do Mérito**

Conforme relatado, a autuação versa sobre saídas de mercadorias (café em grão beneficiado) desacobertadas de documentos fiscais promovidas pelo Autuado, no período de 01/08/18 a 31/08/19, apuradas com base no confronto dos documentos fiscais de saídas emitidos e os depósitos e transferências bancárias recebidos pelo Autuado (movimentação financeira das contas bancárias da Grão Suldeste, mediante quebra de sigilo bancário autorizado via judicial, que demonstrou transferências de valores para a conta corrente do Autuado).

A constatação fiscal decorre da análise das informações constantes dos documentos, arquivos digitais e celulares apreendidos junto à empresa Grão Suldeste Comércio, Importação e Exportação de Café e Cereais Ltda, por meio da "Operação Ouro Verde", deflagrada pela Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, Ministério Público Estadual de Minas Gerais, Polícia Civil de Minas Gerais e Receita Federal do Brasil.

Exige-se ICMS, Multa de Revalidação capitulada no art. 56, inciso II e Multa Isolada capitulada no art. 55, inciso II c/c § 2°, inciso I, todos da Lei nº 6.763/75.

Foi inserido no polo passivo da obrigação tributária, o sócio-administrador da empresa Grão Suldeste Comércio, Importação e Exportação de Café e Cereais Ltda, Sr. Gilmar Carvalho dos Santos.

O Impugnante, a priori, pleiteia que seja considerado decaído o direito da Fiscalização de lançar, sob o argumento de que o lançamento deveria ser homologado até janeiro de 2022.

Entretanto, no presente caso, ausente a antecipação do pagamento a que se refere o art. 150 do CTN, o lançamento por homologação não se aperfeiçoa, dando lugar ao lançamento de ofício. Infere-se, então, que o direito do Fisco, in casu, está circunscrito à regra geral estabelecida pelo art. 173 do CTN.

Reitera-se que constitui regra geral que ao lançamento de ofício aplica-se o prazo decadencial de cinco anos e a forma de contagem fixada no art. 173, inciso I do CTN, como se segue:

> Código Tributário Nacional – CTN
>
> Art. 173. O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos, contados:
>
> I - do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado;



*Disponibilizado no Diário Eletrônico em 03/05/2024 - Cópia WEB*

( . . . )

Sobre o tema, decidiu o Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Agravo em Recurso Especial nº 76977 RS 2011/0191109-3, de 12/04/12:

> TRIBUTÁRIO. CREDITAMENTO INDEVIDO DE ICMS. LANÇAMENTO DE OFÍCIO. APLICAÇÃO DA REGRA PREVISTA NO ART. 173, I, DO CTN. PRECEDENTES.
>
> (...)
>
> 2. "NOS TRIBUTOS SUJEITOS A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO, QUANDO OCORRE O RECOLHIMENTO EM DESCONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, DEVE A AUTORIDADE FISCAL PROCEDER AO LANÇAMENTO DE OFÍCIO (CTN, ART. 149), INICIANDO-SE O PRAZO DECADENCIAL DE CINCO ANOS NO PRIMEIRO DIA DO EXERCÍCIO SEGUINTE ÀQUELE EM QUE O LANÇAMENTO PODERIA TER SIDO FEITO (ART. 173, I, DO CTN)." (RESP 973189/MG, REL. MIN. CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, JULGADO EM 04/09/2007, DJ 19/09/2007, P. 262). AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME (GRIFOU-SE)

Mais recentemente, pronunciou-se o STJ, no Agravo Regimental nos EDcl no REsp 1264479/SP, em acórdão de relatoria do Ministro Gurgel de Faria, publicado em 10/08/16.

> PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. ICMS. LANÇAMENTO. DECADÊNCIA. CONTAGEM DO PRAZO. ART. 173, I, DO CTN. VÍCIO NA NOTIFICAÇÃO. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO.
>
> 1. A PRIMEIRA SEÇÃO, POR OCASIÃO DO JULGAMENTO DO RESP 973.733/SC, SUBMETIDO AO RITO DO ART. 543-C DO CPC, FIRMOU O ENTENDIMENTO DE QUE A DECADÊNCIA PARA A CONSTITUIÇÃO DE TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO DEVE SER CONTADA NA FORMA DO ART. 173, I, DO CTN, PARA OS CASOS EM QUE A LEI NÃO PREVÊ O PAGAMENTO ANTECIPADO OU QUANDO, EXISTINDO TAL PREVISÃO LEGAL, O RECOLHIMENTO NÃO É REALIZADO.
>
> 2. A ALEGAÇÃO DE QUE A NOTIFICAÇÃO DO LANÇAMENTO NÃO OCORREU DENTRO DO PRAZO DECADENCIAL NÃO FOI ENFRENTADA PELO ACÓRDÃO RECORRIDO, RAZÃO PELA QUAL INCIDE, NO PONTO, O ENTENDIMENTO CONTIDO NA SÚMULA 282 DO STF.
>
> 3. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

E também no AgRg no Agravo em Recurso Especial nº 533.405 –RS (2014/0144927-8):

> PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ICMS. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. DECADÊNCIA. AUSÊNCIA DE PAGAMENTO ANTECIPADO. ARTIGO 173, I, DO CTN.



*Disponibilizado no Diário Eletrônico em 03/05/2024 - Cópia WEB*

> ENTENDIMENTO FIRMADO NO RESP 973.733/SC, SOB O RITO DO ARTIGO 543-C DO CPC.
>
> 1. A PRIMEIRA SEÇÃO DESTA CORTE, NO JULGAMENTO DO RESP 973.733/SC, SUBMETIDO AO RITO DO ART. 543-C DO CPC, FIRMOU A COMPREENSÃO DE QUE NOS CASOS DE TRIBUTOS SUJEITOS A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO, QUANDO NÃO HÁ O PAGAMENTO ANTECIPADO – CASO DOS AUTOS -,O PRAZO DECADENCIAL PARA O LANÇAMENTO DE OFÍCIO É AQUELE ESTABELECIDO NO ART.173, I, DO CTN.
>
> 2. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

Dessa forma, o prazo para a Fazenda Pública Estadual constituir o crédito tributário relativo aos exercícios de 2018 e 2019, somente expirou ou irá expirar em 31/12/23 e 31/12/24, respectivamente, nos termos do inciso I do mencionado art. 173, não ocorrendo a decadência relativamente ao crédito tributário exigido, uma vez que a Autuada foi regularmente intimada da lavratura do Auto de Infração em agosto de 2023.

Quanto ao mérito propriamente dito, conforme explica a Fiscalização, o imposto devido nas referidas saídas desacobertadas foi apurado com base na análise e verificação dos documentos e notas fiscais emitidos pelo Autuado e dos recebimentos, via depósito e/ou transferência bancária realizados pela Grão Suldeste Comércio, Importação e Exportação de Café e Cerais Ltda, que tiveram como destinatário o Autuado.

Assim, conforme explica o Fisco, deu-se início ao presente trabalho de auditoria para apurar se havia, por parte do Autuado, a emissão dos documentos fiscais correspondentes aos depósitos e transferências bancárias realizadas pela Grão Suldeste, em sua conta bancária, referentes a operações de vendas de café.

Para a apuração do crédito tributário, a Fiscalização utilizou-se das informações obtidas por meio da documentação apreendida em decorrência da "Operação Ouro Verde".

Informa a Fiscalização:

> O Relatório Fiscal Complementar, Docs. Fls. 12 a 24, relata que o trabalho realizado foi "Decorrente da apreensão de documentos, arquivos digitais e celulares, realizada através da "Operação Ouro Verde", deflagada em ação conjunta pela Receita Estadual de Minas Gerais, Ministério Público Estadual de Minas Gerais, Polícia Civil de Minas Gerais e Receita Federal do Brasil, conforme Relatório SIMBA Hilton de Oliveira CPF/MF 033.022.596-03 – Anexo II, constatou-se que o contribuinte GRÃO SULDESTE COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE CAFÉ E CEREAIS LTDA, CNPJ/MF. nº 10.947.249/0001-62 e INSCRIÇÃO ESTADUAL MG nº 001.269146.00-61 era um banco de estoque fictício de mercadorias e também de ICMS; que ele tão somente comprava e



*Disponibilizado no Diário Eletrônico em 03/05/2024 - Cópia WEB*

vendia documentos fiscais; que todas as operações por ele realizadas, entradas e saídas, foram simuladas para atender interesses de terceiros (ora acobertar estoque fictícios, ora gerar créditos de ICMS para destinatários, ora deixar de recolher tributos federais devidos nas aquisições de Produtores Rurais); que o preço pelo serviço prestado girava em torno de R$1,00 (Um Real) por cada saca de café consignada em documento fiscal; que os pagamentos dos valores consignados nas Notas Fiscais eram devolvidos / transferidos de volta, ora para o suposto comprador, ora para terceiros."

Que "Na análise dos documentos, arquivos digitais e extratos bancários da GRÃO SULDESTE, verificaram-se muitas transferências bancárias para Hilton de Oliveira, CPF/MF. nº 033.022.596-03. Intimado a comprovar suas transações comerciais com a GRÃO SULDESTE - INT/DFPC/00356/2022 de 11/11/2022 e AR - Anexo III, o autuado apresentou documentos Anexo IV – Atendimento a INT/DFPC/00356/2022 e ao AIAF 10.000046589.62, entre os quais relação de NF-e de emissão de Produtores Rurais e suas respectivas DANFE's, assim como cópias impressas de arquivos de formato PDF de "Extrato Conta Corrente" da conta n° 14.420 – 7, agência 3180-1, banco SICOOB CREDIVAR de sua titularidade; procurando demonstrar apresentando tais extratos bancários, "eventuais pagamentos" (transferências bancárias entre contas correntes, cheques à vista, etc.), a pequenos produtores rurais, seus vizinhos, dos valores recebidos por ele da Grão Suldeste, dos quais retirava a sua parte referente a "prestação de serviços de beneficiamento de café em coco", que realizava em sua propriedade rural, sem apresentar no entanto, os comprovantes de depósitos, TED's, cópias de cheques, etc. referentes a pagamentos de Notas Fiscais de Produtor de emissão própria, de operações com a GRÃO SULDESTE, uma vez que como evidenciado no Anexo VI. – Relatório AEWEB – Consulta emissão Nota Fiscal Eletrônica, essas NF-e(s), não foram emitidas."

E, "Ressalte-se que Hilton de Oliveira, no período em que ocorreram ingressos de recursos nas suas contas bancárias, feitos pela GRÃO SULDESTE, constava nos Cadastros da Secretaria da Fazenda de Minas Gerais, como Produtor Rural - Inscrição de Produtor Rural números 001248450.0084; 001.248450.01-65 e 001.248450.0246, esta última suspensa, Anexo V – Dados Cadastrais."

Que "a Inscrição Estadual no Cadastro de Contribuintes de Minas Gerais da GRÃO SULDESTE



*Disponibilizado no Diário Eletrônico em 03/05/2024 - Cópia WEB*

> foi cancelada, em 14/10/2020, pelo motivo de Inscrição Estadual utilizada com dolo ou fraude. Desta forma, na data de 16/10/2020, todos os documentos fiscais emitidos pela GRÃO SULDESTE, a partir de janeiro de 2015, foram considerados ideologicamente falsos, nos termos do artigo 133-A, inciso I, letra "f" do RICMS/2002 (por conter informações que não correspondiam às reais operações), conforme Ato Declaratório nº 11.390.010.350466, publicado no Diário Oficial de Minas Gerais em 16/10/2020".

Assim, verifica a Fiscalização, a saída de mercadoria desacobertada de documentos fiscais, apurada através de análise dos documentos fiscais emitidos e depósitos e transferências bancárias recebidos pelo Autuado.

Veja-se, portanto, que a documentação devidamente apreendida comprova a acusação fiscal, ao contrário do alegado pelo Impugnante.

Nesse sentido, pertinente transcrever, ainda, os esclarecimentos da Fiscalização em relação às alegações apresentadas pelo Impugnante, dispostos em sua manifestação Fiscal:

> Os argumentos apresentados pelo Impugnante referentes a sua boa-fé com relação aos fatos ocorridos (Seção 3 Dos Fatos.), em nada podem lançar qualquer dúvida sobre o procedimento fiscal.
>
> Sem ter como negar o fato da ocorrência de depósitos em sua conta corrente, oriundos de transferências a partir de contas da Grão Suldeste, o Autuado/Impugnante alega referirem-se à remuneração da atividade de intermediação na compra de café, praticada em nome daquela empresa junto a Produtores Rurais da região, os quais emitiam as respectivas Notas Fiscais diretamente ao comprador; diz que "o corretor de café informava que quem depositaria dos pagamentos das sacas vendidas a conta do Hilton era a empresa acima mencionada , para que ele enviasse as pessoas que ele indicava , ou seja, o senhor Hilton apenas intermediava os clientes e recebia apenas pela limpa do café".
>
> Como já citado anteriormente "a autuação versa sobre saídas de mercadorias (café em grão beneficiado), desacobertadas de documentação, promovidas pelo Autuado, apuradas pelo confronto dos documentos fiscais de saídas e os depósitos e transferências bancárias recebidos por ele e a movimentação financeira das contas bancarias da Grão Suldeste Comércio, Importação e Exportação de Café e Cerais Ltda, mediante quebra de sigilo bancário autorizado via judicial, que demonstrou transferências de valores para a conta corrente do Autuado/Impugnante.



*Disponibilizado no Diário Eletrônico em 03/05/2024 - Cópia WEB*

> Intimado o Autuado não comprovou a origem desses recursos financeiros creditados em sua conta corrente, sendo então exigido o recolhimento do ICMS, da Multa de Revalidação (50%), como dispõe o inciso II do artigo 56 da Lei 6.763 de 26/12/1975 e a Multa Isolada (40%), pela não emissão dos documentos fiscais, inciso II do artigo 55 e inciso I do parágrafo 2º do artigo 55, ambos da Lei 6.763 de 26/12/1975."
>
> Não cabe razão ao Impugnante quando postula a revisão da exigibilidade do imposto de renda no presente caso, ao argumento da não ocorrência de acréscimo patrimonial, fato gerador daquele imposto, mesmo porque a autuação versa sobre saídas de mercadoria, café em grão beneficiado, desacobertadas de documentação de documentação fiscal, ou seja, conforme se verifica no disposto nos incisos I e II do artigo 43 da Lei nº 5.172 de 25 de outubro de 1966 – CTN, e no inciso I do artigo1° do Decreto-Lei nº 406 de 31 de dezembro de 1968 (revogou os artigos 59 a 62 da própria Lei 5.172/66 – CTN, que dispunham sobre o "Impôsto Estadual sôbre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias") abaixo transcritos, não se confundem os fatos geradores do imposto de renda e do imposto relativo à circulação de mercadorias.

Assim, o trabalho fiscal se fundamentou no conjunto de provas, verificações e circunstâncias demonstrados nos autos, que comprovam as transferências de valores da empresa Grão Suldeste para a conta corrente do Autuado, sem a contrapartida da emissão dos documentos fiscais correspondentes.

Sem razão, portanto, o Impugnante em suas alegações, uma vez que a apuração fiscal se deu com base na movimentação financeira entre as contas bancárias do Autuado e da Grão Suldeste, mediante quebra de sigilo bancário, autorizado via judicial, que demonstrou as transferências dos valores, utilizados pela Fiscalização, para a conta corrente do Autuado.

Conforme demonstrado, a documentação acostada aos autos corrobora a acusação fiscal de presunção de saídas de mercadorias desacobertadas de documentação fiscal, em conformidade com o disposto no art. 49, § 2º da Lei nº 6.763/75 c/c art. 42 da Lei Federal nº 9.430/96.

> Lei nº 6.763/75
>
> Art. 49 - A fiscalização do imposto compete à Secretaria de Estado de Fazenda, observado o disposto no art. 201 desta Lei.
>
> (...)
>
> § 2º - Aplicam-se subsidiariamente aos contribuintes do ICMS as presunções de omissão de receita existentes na legislação de regência dos tributos federais.
>
> Lei Federal nº 9.430/96



*Disponibilizado no Diário Eletrônico em 03/05/2024 - Cópia WEB*

> Art. 42. Caracterizam-se também omissão de receita ou de rendimento os valores creditados em conta de depósito ou de investimento mantida junto a instituição financeira, em relação aos quais o titular, pessoa física ou jurídica, regularmente intimado, não comprove, mediante documentação hábil e idônea, a origem dos ~~recursos utilizados nessas operações.~~

As presunções legais *juris tantum* têm o condão de transferir o ônus da prova do Fisco para o Sujeito Passivo da relação jurídico-tributária, cabendo a este comprovar a não ocorrência da infração presumida, o que não ocorreu no presente lançamento.

Portanto, o Impugnante poderia elidir a acusação fiscal mediante a anexação aos autos de prova plena, objetiva e inquestionável, mediante documentação idônea, da origem dos recursos objeto da presente autuação, inclusive em relação a eventuais valores não relacionados à sua atividade empresarial ou não tributáveis pelo ICMS, mas não comprova e nem mesmo apresenta qualquer documento nesse sentido.

Como assim não agiu, aplica-se ao caso presente o disposto no art. 136, do Regulamento do Processo e dos Procedimentos Tributários Administrativos -RPTA, estabelecido pelo Decreto nº 44.747/08, confira-se:

> RPTA (Decreto nº 44.747/08)
>
> Art. 136. Quando nos autos estiver comprovado procedimento do contribuinte que induza à conclusão de que houve saída de mercadoria ou prestação de serviço desacobertada de documento fiscal, e o contrário não resultar do conjunto das provas, será essa irregularidade considerada como provada.

Nesse sentido, caracterizada a saída de mercadoria desacobertada de documentação fiscal, esgotado está o prazo para recolhimento do imposto, então vencido, à luz do que dispõe o art. 89, inciso I, do RICMS/02, *in verbis*:

> RICMS/02
>
> Art. 89. Considera-se esgotado o prazo para recolhimento do imposto, inclusive o devido a título de substituição tributária, relativamente à operação com mercadoria cuja saída, entrega, transporte ou manutenção em estoque ocorra I - sem documento fiscal, ou quando este não for exibido no momento da ação fiscalizadora, exceto se o sujeito passivo, ou terceiro interessado, provar inequivocamente que existia documento hábil antes da ação fiscal;
>
> (...)

Correta, também, a aplicação das penalidades na exata medida prevista na legislação tributária deste Estado.

Importante ressatar que responde pelo crédito tributário, de forma solidária com o Autuado, o sócio-administrador da Grão Suldeste Comércio, Importação e



*Disponibilizado no Diário Eletrônico em 03/05/2024 - Cópia WEB*

Exportação de Café e Cereais Ltda, Sr. Gilmar Carvalho dos Santos, nos termos dos arts. 124, inciso I e 135, inciso III, ambos do CTN, c/c art. 21, inciso XII e art. 21, § 2º, inciso II, da Lei n° 6.763/75, na medida em que restou demonstrado nos autos que a Grão Suldeste contribuiu para que o fato gerador da saída desacobertada ocorresse.

Ressalta o Fisco que a referida empresa não foi incluída no polo passivo do presente lançamento, em decorrência do arquivamento de extinção/distrato na JUCEMG, em 29/05/23.

> CTN
>
> Art. 124. São solidariamente obrigadas:
>
> I - as pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal;
>
> (...)
>
> Art. 135. São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos:
>
> (...)
>
> III - os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado.
>
> Lei n° 6.763/75
>
> Art. 21 - São solidariamente responsáveis pela obrigação tributária:
>
> XII - qualquer pessoa pelo recolhimento do imposto e acréscimos legais devidos por contribuinte ou responsável, quando os atos ou as omissões daquela concorrerem para o não-recolhimento do tributo por estes.
>
> (...)
>
> § 2° - São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatuto:
>
> (...)
>
> II – O diretor, o administrador, o sócio-gerente, o gerente, o representante ou o gestor de negócios, pelo imposto devido pela sociedade que dirige ou dirigiu, que gere ou geriu, ou de que faz ou fez parte.

Registra-se que, no caso dos autos, não foi o simples inadimplemento da obrigação tributária que caracterizou a infração à lei, para o efeito de extensão da responsabilidade tributária, e sim a ação ou omissão que causou prejuízo à Fazenda Pública mineira quando da saída de mercadorias desacobertadas de documentação fiscal.



*Disponibilizado no Diário Eletrônico em 03/05/2024 - Cópia WEB*

Corrobora o entendimento, ora estornado, acerca da responsabilidade solidária da Coobrigada, com fulcro no inciso XII do art. 21 da lei mineira, várias decisões do E. Tribunal de Justiça de Minas Gerais -TJMG, dentre as quais se destacam as seguintes:

> EMENTA: EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. ICMS. IMPORTAÇÃO INDIRETA. ESTABELECIMENTO SITUADO EM OUTRO ESTADO DA FEDERAÇÃO. DESTINATÁRIO FINAL. ESTABELECIMENTO MINEIRO. COOBRIGADO. RESPONSABILIDADE. I - NA HIPÓTESE DE IMPORTAÇÃO, O ICMS É DEVIDO AO ESTADO-MEMBRO ONDE ESTIVER SITUADO O DOMICÍLIO OU O ESTABELECIMENTO DO DESTINATÁRIO DA MERCADORIA, SENDO CERTO QUE POR 'ESTABELECIMENTO DESTINATÁRIO' DEVE-SE ENTENDER AQUELE QUE, EFETIVAMENTE, RECEBERÁ A MERCADORIA, CONFORME PREVISÃO DO ART. 155, II, §2°, IX, 'A' DA CF/88; ART. 11 DA LC N° 87/96 E ART. 33, §1°, 1, I.1 E I.1.3, DA LEI ESTADUAL N° 6.763/75. II - COMPROVADA A PARTICIPAÇÃO DA HUAWEI DO BRASIL NA IMPORTAÇÃO INDIRETA, CORRETA A SUA AUTUAÇÃO COMO COOBRIGADA SOLIDÁRIA PELO PAGAMENTO DO TRIBUTO, NOS TERMOS DOS ARTS. 124 DO CTN E 21, INCISO XII, DA LEI N° 6.763/75.
>
> (...)
>
> POR FIM, VEJO POR BEM CONSIGNAR QUE VISLUMBRO CORRETA A AUTUAÇÃO DA HUAWEI TELECOMUNICAÇÕES COMO COOBRIGADA SOLIDÁRIA PELO PAGAMENTO DO TRIBUTO, NOS TERMOS DOS ARTS. 124 DO CTN E 21, INCISO XII, DA LEI N° 6.763/75, OS QUAIS DISPÕEM, RESPECTIVAMENTE:
>
> "ART. 124. SÃO SOLIDARIAMENTE OBRIGADAS:
>
> I - AS PESSOAS QUE TENHAM INTERESSE COMUM NA SITUAÇÃO QUE CONSTITUA O FATO GERADOR DA OBRIGAÇÃO PRINCIPAL;
>
> II - AS PESSOAS EXPRESSAMENTE DESIGNADAS POR LEI.
>
> PARÁGRAFO ÚNICO. A RESPONSABILIDADE REFERIDA NESTE ARTIGO NÃO COMPORTA BENEFÍCIO DE ORDEM"."ART. 21. SÃO SOLIDARIAMENTE RESPONSÁVEIS PELA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA:
>
> (...)
>
> XII - QUALQUER PESSOA PELO RECOLHIMENTO DO IMPOSTO E ACRÉSCIMOS LEGAIS DEVIDOS POR CONTRIBUINTE OU RESPONSÁVEL, QUANDO OS ATOS OU AS OMISSÕES DAQUELA CONCORREREM PARA O NÃO-RECOLHIMENTO DO TRIBUTO POR ESTES".



*Disponibilizado no Diário Eletrônico em 03/05/2024 - Cópia WEB*

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. ART. 124, INCISO II, DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL, C/C O ART. 21, II, ALÍNEA D E XII, DA LEI ESTADUAL Nº. *6.763/75.*

*1. NA DICÇÃO DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL, DOIS SÃO OS TIPOS DE SOLIDARIEDADE NA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA: A PRIMEIRA, DAS PESSOAS* QUE TENHAM INTERESSE COMUM NA SITUAÇÃO QUE CONSTITUA O FATO GERADOR; E A SEGUNDA, NOS CASOS DEFINIDOS EM LEI, TAL COMO O FEZ O LEGISLADOR MINEIRO, EX VI DO ART. 21, II, D E XII, DA LEI Nº. 6.763/75. 2. RECURSO PROVIDO PARA INCLUIR O COOBRIGADO NO PÓLO PASSIVO DA EXECUÇÃO FISCAL.

AGRAVO N° 1.0443.04.015576-6/001 - COMARCA DE NANUQUE - AGRAVANTE(S): FAZENDA PÚBLICA ESTADO MINAS GERAIS - AGRAVADO(A)(S): DROGARIA HELIOFARMA LTDA - RELATOR: EXMO. SR. DES. MAURO SOARES DE FREITAS.

O CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL (CTN), AO TRATAR DA SOLIDARIEDADE DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA, DISPÕE QUE:

"ART. 124. SÃO SOLIDARIAMENTE OBRIGADAS:

I - AS PESSOAS QUE TENHAM INTERESSE COMUM NA SITUAÇÃO QUE CONSTITUA O FATO GERADOR DA OBRIGAÇÃO PRINCIPAL;

II - AS PESSOAS EXPRESSAMENTE DESIGNADAS POR LEI.

PARÁGRAFO ÚNICO. A RESPONSABILIDADE REFERIDA NESTE ARTIGO NÃO COMPORTA BENEFÍCIO DE ORDEM".

É SABIDO QUE A SOLIDARIEDADE ENCONTRA-SE REGULADA NO NOVO CÓDIGO CIVIL, CUJO ART. 264 DISPÕE, IN VERBIS: "HÁ SOLIDARIEDADE, QUANDO NA MESMA OBRIGAÇÃO CONCORRE MAIS DE UM CREDOR OU MAIS, DE UM DEVEDOR, CADA UM COM DIREITO, OU OBRIGADO, À DÍVIDA TODA".

PARA O CTN, TODAVIA, INTERESSA A SOLIDARIEDADE PASSIVA, REVELANDO-SE QUE OS DOIS OU MAIS DEVEDORES DO TRIBUTO OU PENALIDADE PECUNIÁRIA ESTÃO OBRIGADOS, INDIVIDUALMENTE, PELO VALOR TOTAL DA DÍVIDA. ASSIM, PODE O FISCO EXIGIR O DÉBITO, INTEGRALMENTE, DE QUALQUER DOS OBRIGADOS, NÃO SENDO PERMITINDO A ELES SEQUER A INVOCAÇÃO DO BENEFÍCIO DE ORDEM, OU SEJA, NÃO PODEM REQUERER QUE HAJA, INICIALMENTE, A EXECUÇÃO DOS BENS DO DEVEDOR PRINCIPAL (CASO EXISTENTE), POIS O PARÁGRAFO



*Disponibilizado no Diário Eletrônico em 03/05/2024 - Cópia WEB*

ÚNICO VEDA EXPRESSAMENTE A APLICAÇÃO DE TAL INSTITUTO, PREVISTO NO ART. 827, DO CÓDIGO CIVIL1.

DESTA FEITA, DOIS SÃO OS TIPOS DE SOLIDARIEDADE NA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA: A PRIMEIRA, DAS PESSOAS QUE TENHAM INTERESSE COMUM NA SITUAÇÃO QUE CONSTITUA O FATO GERADOR; E, A SEGUNDA, NOS CASOS DEFINIDOS EM LEI, HIPÓTESE QUE NÃO COMPORTA MAIORES DÚVIDAS, CABENDO AO LEGISLADOR INDICAR PESSOAS QUE SEJAM SOLIDÁRIAS COM O PAGAMENTO DA DÍVIDA. FOI EXATAMENTE O QUE, NESTE PARTICULAR, O LEGISLADOR MINEIRO, EX VI DA LEI Nº. 6.763/75, RESTANDO ASSIM VAZADO O ART. 21, VERBIS:

"ART. 21. SÃO SOLIDARIAMENTE RESPONSÁVEIS PELA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA:

(OMISSIS)

II - OS TRANSPORTADORES:

(OMISSIS)

D) EM RELAÇÃO À MERCADORIA TRANSPORTADA COM DOCUMENTAÇÃO FISCAL FALSA, IDEOLOGICAMENTE FALSA OU INIDÔNEA;

(OMISSIS)

XII - QUALQUER PESSOA PELO RECOLHIMENTO DO IMPOSTO E ACRÉSCIMOS LEGAIS DEVIDOS POR CONTRIBUINTE OU RESPONSÁVEL, QUANDO OS ATOS OU AS OMISSÕES DAQUELA CONCORREREM PARA O NÃO-RECOLHIMENTO DO TRIBUTO POR ESTES".

COM EFEITO, NA HIPÓTESE VERTENTE, LÊ-SE NA CDA REPRODUZIDA ÀS F. 11-TJ QUE O CRÉDITO TRIBUTÁRIO REFERE-SE:

"[...] A COBRANÇA DE ICMS E MULTAS DE REVALIDAÇÃO E ISOLADA, APURADOS ANTES A CONSTATAÇÃO DO TRANSPORTE E ENTREGA DE MERCADORIAS DESACOBERTADAS DE DOCUMENTAÇÃO FISCAL, REALIZADOS EM SETEMBRO DE 2003, VISTO QUE AS NOTAS FISCAIS APRESENTADAS FORAM DESCLASSIFICADAS PELO FISCO, POR SEREM INIDÔNEAS, JÁ QUE EMITIDAS POR CONTRIBUINTE - JOSÉ ZOPELARI - QUE ENCERROU IRREGULARMENTE SUAS ATIVIDADES, ALÉM DE PARTE DA MERCADORIA, DESCRITA NUMA NOTA FISCAL, NÃO SE ENCONTRAR NO VEÍCULO TRANSPORTADOR".

REVELA-SE, DESTARTE, DESACERTADA A DECISÃO AGRAVADA, VEZ QUE PROFERIDA EM DESACORDO COM O ART. 124, II, DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL, C/C O ART. 21, INCISOS II (ALÍNEA D) E XII, DA LEI ESTADUAL Nº. 6.763/75.



*Disponibilizado no Diário Eletrônico em 03/05/2024 - Cópia WEB*

Vale comentar, ainda, que o TJMG, por unanimidade, no processo nº 1.0479.98.009314-6/001(1), relator Desembargador Gouvêa Rios, firmou o seguinte entendimento, conforme ementa:

> (...) O NÃO RECOLHIMENTO DO TRIBUTO CONSTITUI INFRAÇÃO À LEI TRIBUTÁRIA, RAZÃO POR QUE OS SÓCIOS-GERENTES PODEM SER RESPONSABILIZADOS PESSOALMENTE PELOS CRÉDITOS RELATIVOS ÀS OBRIGAÇÕES CONSTITUÍDAS À ÉPOCA DO GERENCIAMENTO, NOTADAMENTE SE CONSTATADA A INTENÇÃO DE BURLAR O FISCO ESTADUAL, UTILIZANDO INDEVIDAMENTE DE BENEFÍCIO FISCAL (ALÍQUOTA REDUZIDA) DESTINADO ÀS EXPORTAÇÕES. (...).

Diante de todo o exposto, observa-se que as infrações cometidas pelos Autuados restaram devidamente comprovadas, o lançamento foi realizado com a plena observância da legislação tributária e não tendo a Defesa apresentado qualquer prova capaz de elidir o feito fiscal, legítimo é o lançamento em exame.

Por fim, registra-se que não cabe ao Conselho de Contribuintes negar aplicação a dispositivos de lei, por força de sua limitação de competência constante do art. 182 da Lei nº 6.763/75 (e art. 110, inciso I do Regulamento do Processo e dos Procedimentos Tributários Administrativos – RPTA), *in verbis*:

> Lei nº 6.763/75
>
> Art. 182. Não se incluem na competência do órgão julgador:
>
> I - a declaração de inconstitucionalidade ou a negativa de aplicação de ato normativo, inclusive em relação à consulta a que for atribuído este efeito pelo Secretário de Estado de Fazenda, nos termos do § 2° do art. 146;
>
> (...)

Diante do exposto, ACORDA a 3ª Câmara de Julgamento do CCMG, em preliminar, à unanimidade, em rejeitar a prefacial arguida. Quanto à prejudicial de mérito, à unanimidade, em não reconhecer a decadência do direito da Fazenda Pública de formalizar o crédito tributário. No mérito, à unanimidade, em julgar procedente o lançamento. Participaram do julgamento, além da signatária, os Conselheiros Frederico Augusto Lins Peixoto (Revisor), Dimitri Ricas Pettersen e Aleandro Pinto da Silva Júnior.

**Sala das Sessões, 26 de março de 2024.**

**Cindy Andrade Morais**
**Presidente / Relatora**

*D*



*Disponibilizado no Diário Eletrônico em 03/05/2024 - Cópia WEB*